

Integração em uma nova Ásia *Como a ascensão da China modifica a arquitetura internacional**

103

LEE HSIEN LOONG

A ascensão da China é o acontecimento mais importante dos nossos tempos. Sua participação na economia global aumenta a concorrência, pressiona a indústria e os Estados e dita mundialmente o ritmo de mudanças e reestruturações. Na Ásia, principalmente, a influência da China é gigantesca. Será um grande desafio para todo o mundo saber absorver esse deslocamento tectônico.

No mundo inteiro a ascensão da China se faz perceber. Os preços nos mercados de mercadorias dependem da demanda da indústria chinesa. Nas universidades européias e americanas os chineses constituem o maior contingente de estudantes estrangeiros. Na indústria aeronáutica, por exemplo, a Airbus vendeu mais de 200 aeronaves à China e recebe constantemente novos pedidos de lá.

Na Ásia, a influência da China é ainda maior. A China já é o principal parceiro comercial da maioria dos países asiáticos, como Japão, Coréia do Sul, Índia e vários países da ASEAN.¹ As exportações desses países para a China cresceram na mesma medida que suas importações da China. A China é um importante destino de investimentos de empresas de Hongkong, Taiwan e do sudeste asiático dirigidas por chineses. Inversamente, cada vez mais empresas da República Popular da China operam no exterior e milhões de turistas chineses viajam por toda aquela região.

* Publicado em *Internationale Politik – China, China, China*, DGAP, n. 12, p. 72-80, dez. 2005.

1. Association of South-East Asian Nations (nota de revisão).

No entanto, a influência da China transcende em muito a área econômica. Muitas questões internacionais importantes já não podem ser resolvidas sem uma participação construtiva da China. Sejam os diálogos das seis partes sobre a Coreia ou a reforma das Nações Unidas, a China desempenha um papel-chave, pode contribuir para soluções e seus interesses precisam ser levados em conta. Também o *soft-power* chinês está crescendo – seus filmes cinematográficos conquistaram reconhecimento internacional; o idioma e a cultura chinesa são matérias bastante procuradas nas universidades ocidentais.

Graças à participação da China na economia global, o centro de gravidade da economia mundial vem se deslocando em direção à Ásia. O crescimento da China modifica o poder relativo das principais potências e, pouco a pouco, também o equilíbrio estratégico global. Todos os países ocupam-se da questão de como poderão tirar proveito da prosperidade da China e de como poderão reagir ao crescente poderio chinês. Será um grande desafio para o mundo dominar esse deslocamento tectônico. A própria China terá de promover importantes correções, ainda que sua ascensão signifique um tremendo desafio competitivo para os outros. A China precisa acelerar o desenvolvimento do seu interior a fim de que este possa acompanhar as regiões costeiras, precisa reestruturar suas empresas estatais ineficientes e deficitárias e manter uma alta taxa de crescimento para poder criar empregos suficientes e assim prevenir a ameaça de instabilidade social. Como integrante da comunidade global, a China terá de assumir regras e normas internacionais, sejam regulamentações comerciais ou diretrizes de controle do sistema bancário ou da administração empresarial. Terá de cooperar com outros países para poder manejar problemas globais (como a gripe aviária), o aquecimento global ou ameaças à segurança. A China também terá de desempenhar um papel ativo em organizações internacionais como a ONU, o FMI, o Banco Mundial ou a OMS. A China precisa apoiar o sistema global e observar as regras de jogo internacionais, uma vez que seu crescimento depende de conexões com o mundo externo e também de paz e estabilidade. Na verdade, a China cresceu mais depressa que qualquer país da sua ordem de grandeza em toda a história, porque se beneficiou de capital, de investimentos, de tecnologia e do acesso a mercados estrangeiros. Essa dependência perdurará nas próximas décadas. Com o desenvolvimento da China, o intercâmbio com outros países até aumentará. Segundo disse recentemente o presidente Hu Jintao: “O desenvolvimento da China é pacífico, aberto e cooperativo ... a China continuará a perseguir uma política nacional de abertura, introduzirá uma estratégia lucrativa para todos e manterá um amplo espectro de cooperação e

interação com o mundo inteiro. O desenvolvimento da China não bloqueará nem ameaçará ninguém, mas servirá à paz, à estabilidade e ao desenvolvimento do mundo.²

Será decisivo para a China e para todo o mundo que o país continue a trilhar esse caminho. Para poder realizar isso com sucesso, a China precisará manter boas relações com as principais potências, especialmente com os EUA, o Japão, a Índia e a UE. A China também terá de cooperar com outros países na arquitetura adequada para uma cooperação regional e internacional. Como um dos principais atores no palco global, a UE desempenhará um papel importante nesse processo.

I. A AMÉRICA E A CHINA

O principal relacionamento bilateral para a China é aquele com os EUA, a nação mais poderosa do mundo. A América ainda continuará por muitas décadas a ser a potência econômica e militar predominante, mas a ascensão da China modificará o equilíbrio estratégico entre ambos os países. Não será fácil para os Estados Unidos adaptarem-se a esta nova realidade. Mas os interesses americanos repousam no desenvolvimento de relacionamentos construtivos com a China e não na criação de um novo foco de crises ou de um adversário duradouro na Ásia. Os Estados Unidos se beneficiarão de uma China florescente e estável que seja um importante parceiro comercial e econômico, bem como um parceiro construtivo em diálogos sobre problemas comuns como a Coreia do Norte ou a não-proliferação de armas nucleares. Uma estratégia de confrontação em relação à China despertará apenas uma inimizade permanente, sem em última análise impedir a ascensão da China, enquanto uma política restritiva fracassaria: nenhum país asiático deseja ter de escolher entre os EUA e a China. Uma guerra fria, ou, pior, um conflito com a hiperpotência EUA retardaria a modernização da China em muitos anos.

A China só poderá obter o ambiente externo estável de que necessita se conseguir criar um relacionamento construtivo com os EUA. Mas o crescente poderio chinês nos planos político e econômico, e também militar, é um tema recorrente nos EUA. Os empregados americanos receiam que as importações baratas da China venham ameaçar seus empregos, e no Congresso o clima em relação à China é extremamente negativo. Para alguns ameri-

2. Hu Jintao. Stepping up friendship and mutual trust, promoting common development, Discurso no Parlamento do Vietnã, Hanói, 1º de novembro de 2005.

canos, mesmo o lançamento bem-sucedido da nave espacial Shenzhou VI levantou receios de um possível desafio chinês ao domínio americano no espaço, tal como há 50 anos o lançamento do Sputnik soviético despertara a nação americana.

Segundo uma recente consulta do instituto de pesquisa de opinião Harris, dois terços (67%) dos americanos pensam que nos próximos dez anos a China se tornará uma grande potência econômica. Ao mesmo tempo, mais de um terço dos inquiridos indicou estar muito ou extremamente preocupado com a potência econômica da China. Mais da metade (53%) achava que a China exerceria uma influência negativa sobre o futuro da economia americana. Mais da metade (52%) estava muito ou extremamente inquieta com o crescimento do poderio militar da China durante os próximos dez anos.³ As diferenças sino-americanas aparecem em muitas áreas: no comércio, no câmbio, na proteção à propriedade intelectual, nos direitos humanos etc. Mesmo assim não convém superestimar os problemas nos relacionamentos. Como todos os seus antecessores, o atual governo americano entendeu que os EUA pouco teriam a ganhar se criassem inimizade com a China. Nas palavras do presidente Bush, “é importante para o governo manter bons relacionamentos em todas as áreas de trabalho. E é isso que fazemos, e não só no interesse das populações dos nossos dois países, mas no interesse do mundo inteiro.”⁴ Ambos os países continuam promovendo visitas mútuas de alto nível, como recentemente a visita do presidente Bush à China.

Um ponto potencialmente crítico nas relações sino-americanas é Taiwan. A China observa com muita atenção aqueles grupos em Taiwan que defendem a independência e deixou muito claro que não hesitará em intervir militarmente se Taiwan se encaminhar para a independência. A maneira como a situação se desenvolverá em ambos os lados do Estreito de Taiwan dependerá da atitude dos EUA. No ano passado pareceu haver um risco real de que Taiwan avançasse demais e fosse provocar um conflito que teria arrastado tanto os EUA como o Japão. Entrementes a tensão se aliviou. Tanto publicamente como em diálogos confidenciais com a liderança taiwanesa, os EUA deixaram clara sua persistência na política da China única. O Japão e os EUA declararam em conjunto que consideram o Estreito de Taiwan como matéria comum de segurança. A China promulgou a lei anti-secessão.

3. Harris – Consulta interativa pela internet, 11–17.10.2005, *Wall Street Journal*, 14.11.2005.

4. Diálogo com o presidente, Phoenix Television, White House, 8.11.2005.

Taiwan sabe, agora, que a independência não é opção. Prudentemente, neste ano a China convidou os líderes da oposição Taiwanesa, Lien Chan e James Soong, a visitar Pequim. Isto revelou flexibilidade e lembrou a população de Taiwan de que será vantajoso para ela cooperar com a China. Tudo isso estabilizou a situação.

É natural que uma potência continental como a China busque dominar todo o leque do potencial militar a fim de zelar pela sua própria segurança e proteger seus interesses fundamentais. Até os analistas americanos reconheceram isso.⁵ Contradizem assim a opinião do ministro da Defesa americano, Donald Rumsfeld, de que a China não precisaria melhorar seu potencial militar. Ainda que a esta altura um conflito com Taiwan se tenha tornado menos provável, os EUA continuam preocupados com as crescentes capacidades da China, razão por que mantêm irrestritamente em pé seu embargo de armamentos à China e são decididamente contra os planos europeus de cancelamento do embargo de armas da UE. Por isso é importante que a China assegure às outras potências seu papel construtivo na preservação da paz e da estabilidade na região, revelando máxima transparência em suas ações e participando de diálogos de segurança e de medidas que fomentem a confiança.

O verdadeiro desafio nas relações entre os EUA e a China é que ambos os lados se conscientizem dos seus interesses estratégicos num relacionamento cooperativo, sabendo ao mesmo tempo lidar com os atritos que inevitavelmente surgirão de tempos em tempos. O início do diálogo estratégico entre ambos os governos é um desenvolvimento positivo. Convirá que ambos os lados prossigam em busca de meios construtivos de intercâmbio de opiniões e que abordem seus problemas abertamente para evitar mal-entendidos.

2. O RELACIONAMENTO DA CHINA COM O JAPÃO

As relações intra-asiáticas da China com o Japão são as mais sensíveis. A ascensão da China exercerá uma influência ainda mais drástica sobre o Japão que sobre os EUA. Em 20 anos a economia chinesa terá crescido para o quádruplo do seu tamanho atual e provavelmente terá ultrapassado o Japão como maior economia da Ásia.

5. China's Military – Rumsfeld ventures into the Middle Kingdom, *International Herald Tribune*, 18.10.2005.

Uma das problemáticas não resolvidas mais importantes entre a China e o Japão refere-se à herança da Segunda Guerra Mundial. Uma nova geração de japoneses quer que o Japão seja um país “normal” e que desempenhe um papel maior no mundo. O primeiro ministro Koizumi e seu novo gabinete expressam esse clima. Todavia, diferentemente da Alemanha, o Japão ainda não resolveu o seu passado. Qualquer criança alemã é informada na escola sobre os crimes de guerra dos nazistas e o holocausto. Desta forma, a Alemanha se reconciliou com seus antigos inimigos e criou uma nova base para a cooperação na Europa. Mas entre o Japão e os países que este invadiu, tal processamento e reconciliação não ocorreram. Portanto, sempre que as repartições governamentais japonesas aprovam para uso escolar novos livros didáticos que excluam o passado bélico do Japão, ou quando políticos japoneses visitam o templo Yasukuni, que abriga os restos mortais dos principais criminosos de guerra, isto reabre antigas feridas, não somente para a China, mas também para a Coreia do Sul e todos os outros países que sofreram com a brutalidade da ocupação militar japonesa.

O problema da história não pode ser resolvido do dia para a noite, mas nenhum dos dois países deseja uma confrontação. Conforme disse um dos líderes japoneses, se os EUA combaterem a China, as relações entre os dois países serão restabelecidas depois de 20 ou 30 anos, mas se o Japão combater a China, ambos permanecerão inimigos por 100 anos. Grande parte do público japonês compreende isso. Mesmo no que diz respeito às visitas do primeiro ministro Koizumi ao templo Yasukuni, as pesquisas revelam equilíbrio entre concordância e crítica no Japão.

A atual situação, porém, é fundamentalmente diferente daquela das décadas de trinta e quarenta. Passaram-se 60 anos desde o fim da guerra. A China agora está unida e forte, e é uma potência nuclear. O Japão tem hoje como segurança adicional a aliança de segurança nipo-americana. É inimaginável que o Japão alguma vez repita a trágica história da guerra sino-japonesa ou da Guerra do Pacífico. Ambos os lados precisam encontrar um meio de encerrar esse capítulo e de andar para a frente. Isto é imprescindível para a estabilidade da Ásia e a futura cooperação e integração da região.

Apesar das tensões políticas nas relações bilaterais, a cooperação econômica vem crescendo. A China já ultrapassou os EUA e tornou-se o maior parceiro comercial do Japão. O Japão é uma das principais fontes de investimentos e tecnologia dirigidos à China. Também as relações humanas mútuas se fortaleceram. Assim, os estudantes chineses vêm privilegiando as universidades japonesas em relação às americanas. Um desses estudantes ob-

servou: “As relações entre Japão e China se estreitarão no futuro ... eu gostaria de agir como ponte entre ambos os países”.⁶ Com o tempo, tais intercâmbios podem cooperar para melhorar a compreensão mútua e ajudar ambos os lados a superar seu passado.

3. A CHINA E A ÍNDIA

A China não é a única grande economia emergente na Ásia. Também a Índia se encontra em ascensão. É verdade que só na década de noventa iniciou as reformas e a abertura da sua economia excessivamente regulamentada e isolada; portanto, mais de uma década depois da China. Inicialmente o avanço foi lento, mas nos últimos anos a Índia fez grandes progressos, em parte porque os indianos reconheceram o desafio da China e constataram que não têm opção.

Para a Índia será mais difícil que para a China desenvolver-se e reformar sua economia. A Índia forma uma sociedade muito heterogênea, com muitos idiomas e grupos étnicos, distribuídos por 35 estados e territórios federativos com os mais diferentes interesses. Seu sistema político de diversos partidos que juntos formam uma coalizão é desfavorável para nítidos direcionamentos e uma configuração política eficiente. A burocracia está fortemente estabelecida e profundamente enraizada, resistindo às mudanças.

Mas a Índia também pode apoiar-se numa série de vantagens. A população do país é jovem – a longo prazo, este é um importante fator de crescimento – e muitos indianos falam inglês. Além disso, a Índia dispõe de um sistema judiciário comprovado e eficaz. Existem ali muitos empresários talentosos e empresas dinâmicas no setor privado, que já estão na linha de largada, esperando apenas que as reformas sejam aplicadas. No nível estadual existem alguns governos orientados para o desenvolvimento. A Bengala Ocidental, por exemplo, tem um governo comunista-marxista, que, no entanto, atua de forma pragmática e favorável ao empresariado. O ministro chefe compreende que a Índia precisa manter-se emparelhada com a China num mundo em rápida mudança. Ele disse que “a lição, que (a Índia) aprendeu do colapso da União Soviética e da China, se chama ‘reforma’ – e desempenho ou ruína.”⁷

6. Economic ties binding Japan to rival China, *New York Times*, 31.10.2005.

7. Bengal Tiger: Calcutta is transformed from marxist redoubt into India's latest hotspot, *Financial Times*, 20.10.2005.

Em termos genéricos pode-se partir do pressuposto de que a Índia se abrirá cada vez mais e se revelará um importante parceiro, tanto regional como internacional. As relações sino-indianas estão sendo ampliadas. O comércio bilateral cresceu rapidamente – cresce a quantidade de bens importados da China, entre eles os Ganeshas (deuses-elefantes hindus) de alta qualidade. Ambas as partes já estão avaliando a possibilidade de um acordo de livre comércio. Assinou-se também um *Memorandum of Understanding* para dirimir antigos conflitos fronteiriços. Isto representou um alívio para todos os países asiáticos, porque ninguém quer ver duas potências nucleares se digladiando.

Também os EUA cultivam suas relações com a Índia para suplementar suas relações com a China. Quando o primeiro ministro indiano Manmohan Singh visitou os EUA em julho de 2005, foi saudado ali efusivamente e ambos os países assinaram um acordo sobre a utilização pacífica da energia nuclear. Alguns comentaristas acharam que a Índia e os EUA se aproximariam mais para cercar a China, mas a Índia certamente tem planos próprios. Segundo o primeiro ministro Singh, “o mundo é suficientemente grande e pode dar conta do crescimento e das ambições dos nossos dois países. Não vejo nosso relacionamento com os EUA como concorrência com a China. Estou numa feliz expectativa da ampliação das nossas relações com a China”.⁸

4. O PAPEL DA CHINA NO SUDESTE ASIÁTICO

Os dez países da ASEAN representam uma importante parte da Ásia. Como grupo de países, a ASEAN engloba 550 milhões de habitantes e perfaz cerca de 10% da população mundial. Em conjunto, tem o terceiro maior produto interno bruto da Ásia. Os países da ASEAN perceberam como a China e a Índia estão se transformando e estão em via de intensificarem suas ligações com ambos os países, a fim de tirarem proveito do crescimento de ambos. Ao mesmo tempo os países da ASEAN também reforçam a cooperação dentro do grupo, para que os membros individuais se tornem parceiros mais eficientes da China e da Índia em vez de serem empurrados para a margem com o impulso destes.

A política da China em relação à ASEAN revela a habilidade e a persistência desse país para cultivar relacionamentos mediante aplicação de

8. India's strategic ties, *Straits Times*, 1.6.2005.

soft power visando interesses de longo prazo. A China se arranja sistemática e ativamente com a ASEAN. No Mar do Sul da China, onde ela e vários países da ASEAN reivindicam direitos superpostos, a China tratou desses conflitos de forma retraída. A China concordou com uma declaração conjunta com a ASEAN que busca reduzir o risco de um confronto e celebrou individualmente acordos bilaterais sobre a utilização comum da área com outros reivindicantes. Quanto ao comércio, a China está prestes a celebrar um acordo de livre comércio com a ASEAN, não só para tirar proveito comercial disso, mas também para fundamentar relacionamentos bons e duradouros com uma região rica em recursos, que poderia revelar-se proveitosa. O “capítulo sobre bens” desse acordo de livre comércio já está engatado, enquanto acordos similares com a Índia e o Japão ainda estão na fase de negociações. Além disso, a China participa ativamente de diversos fóruns regionais, inclusive do processo “ASEAN-Plus” e do “Fórum Regional da ASEAN” (ARF).

Todos os países da ASEAN encaram de modo positivo um relacionamento mais estreito com a China. No entanto, não querem que isto seja uma parceria exclusiva. Desejam uma política externa independente que avance em várias direções, cultivando ao mesmo tempo os vínculos econômicos e políticos com outros países importantes. Esta é uma base mais robusta para a prosperidade que uma constelação em que todo referencial comece ou termine pela China. Por isso a ASEAN vem desenvolvendo seu relacionamento com a Índia, mas ao mesmo tempo também aprofunda seus tradicionais vínculos com os EUA, o Japão e a UE. Em termos gerais, a ASEAN favorece um quadro aberto para cooperação regional na Ásia.

5. UM QUADRO ABERTO PARA COOPERAÇÃO REGIONAL

Além de relações estáveis com a China e as grandes potências, a Ásia precisa da arquitetura certa para a cooperação regional e internacional. A ascensão da China fortalece a cooperação interna no sudeste asiático, mas a Ásia faz parte da região maior Ásia-Pacífico e da economia global. Não é desejável para a Ásia permanecer como bloco fechado na margem ocidental do Pacífico ao qual se oponha um contrabloco na margem oriental, com os EUA como centro. Isto levaria inevitavelmente a rivalidades e conflitos. Os EUA são um participante importante e construtivo na região asiático-pacífica, independentemente das suas relações bilaterais com a China. No sudeste asiático, os EUA são imprescindíveis na guerra contra o terror islâmico. Acrescenta-se a isso que empresas multinacionais americanas promovem investimentos e empre-

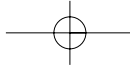
gos de um modo como as empresas chinesas e indianas não foram capazes de fazer até agora.

Pequim tem enfatizado seu apoio a uma arquitetura regional aberta e também que não tem intenção de formar um grupo fechado, dominado pela própria China. Recentemente, o conselheiro de estado chinês Tang Jiaxuan disse que “uma cooperação na Ásia Oriental não deveria excluir outros países ou regiões, e não o fará. Caso contrário, não seria do interesse da Ásia Oriental. Deveríamos abordar nossa cooperação de forma aberta e juntar-nos com outras formas de cooperação regional, sub-regional e internacional, de modo a nos complementarmos com nossas forças e podermos ajudar-nos e apoiarmos no desenvolvimento de cada um.”⁹ Os EUA e os países asiáticos observarão atentamente a maneira como a China aplicará essa política. Esta é a abordagem principal para assegurar a todos os países um ambiente estável e favorável, no qual haja crescimento e prosperidade. Ao longo deste ano, a ASEAN dará início a um reagrupamento da cooperação regional, a chamada Cúpula da Ásia Oriental (EAS). Na arquitetura regional, a posição da EAS se situa entre a ASEAN como subgrupo regional e a APEC,¹⁰ que abrange ambos os lados do Pacífico. Inicialmente, a EAS incluirá a ASEAN, seus três interlocutores do nordeste asiático (China, Japão e Coreia do Sul), mais a Índia, a Austrália e a Nova Zelândia. Esta ampla participação reflete o padrão da cooperação regional em formação na Ásia. Também reduz o perigo de que a EAS se transforme num agrupamento hostil aos EUA, uma vez que vários dos seus integrantes mantêm relações estreitas com os EUA.

Em conjunto, a ASEAN, a EAS e a APEC constituem os componentes de uma arquitetura regional aberta que atende a todas as potências importantes na Ásia. A ASEAN é a chave para todas essas estruturas. A ASEAN não ameaça ninguém e deseja relacionar-se bem com todas as potências importantes. De certo modo, a ASEAN oferece o núcleo em torno do qual os outros grupos multirregionais podem estabelecer-se.

9. Observações por ocasião da solenidade de abertura do Terceiro Fórum da Ásia Oriental, Pequim, 31.10.2005.

10. Asia Pacific Economic Cooperation (nota de revisão).



6. A UNIÃO EUROPÉIA: A PEÇA QUE FALTA NO QUEBRA-CABEÇA

113

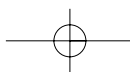
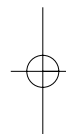
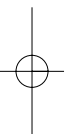
integração em uma nova ásia

Também é importante que a Europa possa participar do crescimento e da prosperidade da Ásia. À medida, então, que a nova arquitetura asiática começa a tomar forma, é necessário que a Europa passe a desempenhar um papel maior na região, que corresponda à sua grandeza e potência econômica. Isto proporcionará a ambos os continentes participações no sucesso do outro e levará a uma forma mais estável e integrada de cooperação mundial.

Quando em 1989 se criou a APEC e logo em seguida se instituiu o mercado interno europeu, surgiram preocupações de que a Europa pudesse introverter-se e de que o novo grupo APEC pudesse excluir a Europa da área Ásia-Pacífico. Felizmente nenhum dos dois receios se concretizou. Em lugar disso, a formação do grupo APEC promoveu a aceleração da liberação econômica e encorajou as grandes potências econômicas a encerrar com sucesso as negociações da rodada Uruguai.

O acelerado desenvolvimento da Ásia e as possibilidades daí resultantes, especialmente na China, já envolveram a Europa. O comércio vem crescendo rapidamente, a UE é o maior parceiro comercial da China e a China é o segundo maior parceiro comercial da UE. Em setembro a UE realizou reuniões de cúpula em Pequim com a China e em Nova Délhi com a Índia. As relações culturais também vêm ganhando importância – no ano passado a França celebrou um “ano da China na França” e neste ano a China respondeu com o “ano da França na China”.

No entanto, uma resposta abrangente da Europa às transformações na Ásia precisa ir além da promoção das exportações e do intercâmbio cultural. Para poder aproveitar plenamente as possibilidades na Ásia e levar avante o desenvolvimento da posição européia num mundo que se modificou, a Europa precisa assumir uma posição aberta em relação à globalização. Os países europeus precisam estar dispostos a se adaptar, a se reestruturar e a competir internacionalmente. Isto terá grandes efeitos sobre a estrutura social da Europa. Quando se observa o referendo francês com o qual se rejeitou a nova constituição da UE, o resultado dúbio das eleições parlamentares alemãs ou a forte resistência a uma ampla liberalização do mercado na rodada Doha das negociações da OMC, nota-se que os cidadãos europeus têm na melhor das hipóteses um comportamento ambíguo quando se trata de temas como a globalização ou reformas econômicas e sociais. Os cidadãos da UE precisam decidir que modelo social será introduzido e até que ponto assumirão a glo-



balização e as mudanças. Caso a Europa se decida a preservar o *staus quo* numa época em que a Ásia está em crescimento e os EUA vêm consolidando suas relações com essa região, ela terá de pagar um preço elevado e perderá não somente crescimento econômico e vitalidade, mas também influência internacional.

Além de centrar sua atenção na China, conviria que a Europa também ampliasse suas relações com outras partes importantes da Ásia, na região da ASEAN, na Índia e no Japão. Assim poderá participar plenamente das possibilidades de toda a região. A Europa têm muitos vínculos históricos com a ASEAN e já é agora um importante parceiro comercial e de investimentos do grupo. A ASEAN, por seu lado, já iniciou em 1978 um diálogo de parceria com a UE, que acabou sendo estabelecido com apoio decisivo da Alemanha. Com base nisso, a Europa pode continuar a desenvolver e aprofundar suas atividades com a ASEAN.

Um empecilho na cooperação entre a Europa e a ASEAN tem sido o tema Mianmar. Devido à Política Externa e de Segurança Comum (PESC), todas as reuniões importantes da UE com a ASEAN são dominadas por este único tema. Embora Mianmar sem dúvida seja importante, as relações ASEAN-UE não deveriam tornar-se reféns desse tema. A ASEAN constitui o cerne dos diversos componentes da cooperação econômica asiática. A Europa deveria definir e sinalizar um interesse estratégico mais amplo na ASEAN, tal como já fazem outras grandes potências, e incluir mais intensamente os países da ASEAN, tanto individualmente como também como grupo. Se neste momento decisivo a Europa não quiser engajar-se no grupo ASEAN, ela se arrisca a tornar-se politicamente irrelevante enquanto a nova arquitetura da região vai tomando forma. O desenvolvimento da China é um projeto importante – único e inédito na história. A adaptação mundial a essa nova paisagem asiática não será isenta de dificuldades, mas o que está em jogo é importante demais para se poder permitir seu fracasso. A China encontra-se hoje em uma fase histórica de transformação que melhorará a vida de mais de um bilhão de pessoas e que representará enormes vantagens para a região e o mundo. As dificuldades podem e devem ser superadas e uma China em ascensão poderá ser integrada pacificamente em uma nova Ásia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENGAL TIGER: Calcutta is transformed from marxist redoubt into India's latest hotspot, *Financial Times*, 20.10.2005.
- CHINA'S MILITARY – Rumsfeld ventures into the Middle Kingdom, *International Herald Tribune*, 18.10.2005.
- ECONOMIC TIES binding Japan to rival China, *New York Times*, 31.10.2005.
- HARRIS (Instituto de Pesquisa) – Consulta interativa pela internet, 11–17.10.2005, *Wall Street Journal*, 14.11.2005.
- HU Jintao. *Stepping up friendship and mutual trust, promoting common development*, Discurso no Parlamento do Vietnã, Hanói, 1º de novembro de 2005.
- INDIA'S STRATEGIC Ties, *Straits Times*, 1.6.2005.

LEE HSIEN LOONG é desde agosto de 2004 primeiro ministro e ministro da Fazenda de Cingapura. Filho do primeiro primeiro ministro Lee Kuan Yew, estudou Matemática e Ciência da Computação em Cambridge e Administração Pública em Harvard.